



PODER

Investidas para uma delação premiada

Reuniões da defesa de Vercaro com o ministro André Mendonça, do STF, e delegados da Polícia Federal sinalizam que o ex-banqueiro está pronto para falar. Inquérito sobre a investigação das fraudes do Master é prorrogado por 60 dias

» VANILSON OLIVEIRA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Nos últimos dois dias, a defesa do ex-banqueiro Daniel Vercaro vem intensificando conversas com o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e com delegados da Polícia Federal (PF), ampliando as especulações sobre uma possível delação premiada no âmbito das investigações das fraudes do Banco Master. Ontem, Mendonça, relator do caso, deferiu o pedido da PF autorizando prorrogação do inquérito por 60 dias.

Na terça-feira, o advogado José Luís Oliveira Lima, conhecido como Juca, visitou Vercaro no Presídio Federal de Brasília. Em seguida, reuniu-se com delegados da PF e foi à sede do STF conversar com Mendonça. Segundo fontes, o objetivo dos encontros foi discutir um possível acordo de delação premiada.

O criminalista assumiu o caso na semana passada, após a saída dos advogados Pierpaolo Bottini e Roberto Podval. O defensor tem um histórico de atuação em diversos casos envolvendo colaboração premiada, como na Operação Lava-Jato, quando teve como cliente o ex-presidente da construtora OAS Léo Pinheiro, um dos delatores da operação.

No pedido de prorrogação do inquérito, atendido por Mendonça, a Polícia Federal afirmou que pretende realizar “diligências reputadas imprescindíveis”. Segundo os investigadores, é preciso tempo para analisar e periciar documentos e aparelhos eletrônicos, como os nove celulares encontrados com Vercaro, por exemplo. “Considerando-se as razões apresentadas pela autoridade de polícia judiciária federal, defiro o pedido, prorrogando o inquérito por mais sessenta dias”, declarou Mendonça.

O inquérito apura irregularidades na tentativa de compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). O *Correio*, inclusive, já havia antecipado, na semana passada, a informação de que a Polícia Federal faria o pedido de prorrogação, especialmente, por conta da terceira fase da operação Compliance Zero.

A princípio, o inquérito deveria

Toffoli

Na primeira prorrogação do inquérito, o relator do caso era o ministro Dias Toffoli. Ele deixou o posto após a PF entregar ao Supremo um relatório no qual aparecem citações ao magistrado feitas no celular de Daniel Vercaro, dono do Master, que está preso.

ter sido finalizado em 16 de janeiro, mas o prazo já foi **prorrogado** por 60 dias, que se encerrou na última segunda-feira.

A Operação Compliance Zero foi iniciada em novembro de 2025 e investiga um rombo que pode chegar a R\$ 12 bilhões. Se confirmadas todas as suspeitas, os acusados poderão responder por crimes como lavagem de dinheiro, gestão temerária, corrupção ativa e passiva e obstrução de Justiça.

Sem recuo

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou que a corporação não vai se “intimidar” no trabalho de investigação do Master. A declaração foi dada ontem, durante um evento promovido pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

“Reafirmo que nós vamos investigar e fazer nosso trabalho até o fim. Não vamos ser intimidados por ninguém, quem quer que seja”, sustentou. Na avaliação dele, a Polícia Federal tem mostrado um desempenho “sério e técnico” no caso.

Rodrigues destacou que a investigação continuará e vai chegar a todos os envolvidos na rede criminosa, liderada por Vercaro. “A Polícia Federal cumpre a Constituição, nós vamos investigar todos aqueles que temos de investigar e nós vamos sempre respeitar as leis e todo o processo legal”, frisou.

Ele também fez críticas ao vazamento de conversas de cunho pessoal de Vercaro com a então noiva, a influencer digital Martha Graeff. A modelo, por sinal, foi convocada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS para depor no Senado.

Reprodução/Redes Sociais



O ex-banqueiro Daniel Vercaro está em detenção preventiva no Presídio Federal de Brasília: troca de advogados sinalizou intenção de delatar

» Deputados contra Gonet

Os deputados Caroline de Toni (PL-SC) e Gustavo Gayer (PL-GO) enviaram ofício ao presidente Lula no qual pedem a demissão do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Eles sustentam que o PGR se omite em relação às investigações do Banco Master e às denúncias que pesam contra os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Os parlamentares se amparam no artigo 128º da Constituição, que confere ao presidente a prerrogativa de pedir ao Senado a exoneração do PGR. São necessários os votos da maioria absoluta dos senadores para demitir o chefe do Ministério Público de suas funções. Não há ocorrências de procuradores-gerais demitidos desde a redemocratização.

Com novo revés, CPMI muda atuação

» DANANDRA ROCHA

Após o cancelamento da reunião ontem e ante o prazo para encerramento dos trabalhos — o próximo dia 28 —, a CPMI do INSS decidiu mudar a forma de atuação. Agora, vai priorizar a convocação de testemunhas. “Se não podemos avançar com investigados, vamos ouvir testemunhas e seguir com a apuração”, afirmou o presidente do colegiado, senador Carlos Viana (Podemos-MG).

Assim, foi marcada para segunda-feira a oitiva da influenciadora Martha Graeff, ex-noiva de Daniel Vercaro, dono do Banco Master. “Ela não é investigada. É uma testemunha que pode ajudar a esclarecer relações e fatos relevantes para a comissão”, destacou Viana.

A mudança de estratégia ocorreu depois de o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), desobrigar a empresária Leila Pereira, presidente da Crefisa, de prestar depoimento à comissão.

Leila Pereira seria ouvida ontem. Os advogados alegaram que o depoimento não tinha relação direta com o objeto da investigação da CPMI nem com apurações em curso na Polícia Federal e na Controladoria-Geral da União.

A decisão de Gilmar Mendes apontou possível desvio de finalidade na convocação e ressaltou limites constitucionais impostos às CPIs, especialmente no que diz respeito ao direito de “não autoincriminação”.

Cancelamento

A medida levou ao cancelamento da reunião e acirrou a tensão entre Legislativo e Judiciário. Viana afirmou ter recebido a decisão com “profunda indignação”. “É uma decisão que interfere nas prerrogativas do Senado e atrasa o nosso trabalho”, protestou.

Segundo ele, a convocação de Leila Pereira tinha como objetivo esclarecer a relação entre instituições financeiras e o sistema previdenciário, sobretudo na oferta de

crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS.

O parlamentar destacou que a empresária não figura como investigada e foi chamada apenas como testemunha. Ainda assim, avaliou que a suspensão da oitiva prejudica o ritmo das apurações sobre o esquema de descontos indevidos em benefícios previdenciários.

Hoje, a comissão deve analisar requerimentos para convidar o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e do antecessor dele, Roberto Campos Neto a prestarem esclarecimentos sobre a regulação do crédito consignado.

A CPMI recorreu ao STF para obrigar a Mesa Diretora do Senado a prorrogar os trabalhos, mas o caso ainda não foi decidido pelo ministro André Mendonça. “Se a prorrogação não vier, na semana que vem, por força de lei e de prazo, teremos de partir para a leitura do relatório, ainda que parcial, e para a tentativa de aprovação do texto até no final da próxima semana”, afirmou o senador.

Ex-noiva de Vercaro, “testemunha insubstituível”

» WAL LIMA

A CPI do Crime Organizado aprovou, ontem, a convocação da empresária Martha Graeff, ex-noiva do dono do Banco Master, Daniel Vercaro, apontada como figura relevante para o avanço das investigações sobre fraudes da instituição.

Para o relator da comissão, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), trata-se de uma “testemunha de importância singular e insubstituível”, com potencial de esclarecer relações pessoais e movimentações patrimoniais ligadas ao caso.

A expectativa dos parlamentares é de que o depoimento de Graeff ajude a esclarecer a dinâmica interna do grupo investigado e possíveis ramificações do esquema financeiro.

Mensagens recuperadas do celular de Vercaro expõem conversas do banqueiro com a então noiva, nas quais ele relata uma série de

Saiba mais

O ex-banqueiro Daniel Vercaro teria transferido para Martha Graeff bens que podem superar R\$ 520 milhões. O dono do Master teria criado uma estrutura jurídica nos Estados Unidos com a ex-noiva como beneficiária, na qual está, por exemplo, a casa de mais de R\$ 450 milhões em Miami, além de tê-la presenteado com itens de alto valor.

O advogado Lucio de Constantino, que representa a influenciadora, nega. Segundo ele, Martha não tem imóveis, veículos nem valores oriundos do relacionamento com o ex-banqueiro, tanto no Brasil quanto no exterior.

Também conforme a defesa, Martha Graeff vive nos Estados Unidos há quase 20 anos, declara seu patrimônio integralmente na declaração de Imposto de Renda americana e que o documento não registra variação patrimonial associada ao relacionamento.

encontros e contatos com autoridades de alto escalão da República.

Em uma das conversas, Vercaro afirma que estava “indo encontrar” o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O magistrado é citado em outras

mensagens em diferentes ocasiões.

O banqueiro também faz referência a figuras políticas, como os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o senador Ciro Nogueira (PP-PI), entre outros.

Valdemar

Na sequência da sessão, a CPI rejeitou, por seis votos a quatro, o requerimento do senador Humberto Costa (PT-PE), que solicitava a convocação do presidente do PL, Valdemar da Costa Neto. O parlamentar pretendia questionar o dirigente partidário sobre declarações dadas por ele à imprensa a respeito das doações de campanha feitas pelo empresário Fabiano Zetel, cunhado de Vercaro, ao ex-presidente Jair Bolsonaro; ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e ao PL nas eleições de 2022.

O líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), afirmou que o requerimento trata de “uma doação que está lá na página, provavelmente, da Justiça Eleitoral”. “A gente não pode criminalizar o sistema de doação que este Parlamento mesmo aprovou”, argumentou.

Instagram pessoal



A influenciadora Martha Graeff é alvo de duas comissões do Congresso